

CIÊNCIA, PATRIMÔNIO CULTURAL E EDUCAÇÃO: O PAPEL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI EM DIAMANTINA

SCIENCE, EDUCATION AND CULTURAL HERITAGE: THE ROLE OF THE UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI IN DIAMANTINA

Leila Dias Pereira do Amaral
Universidade da Beira Interior - UBI, Covilhã-Portugal

Resumo: Este artigo discute a relação entre a universidade e a comunidade, tendo como eixo condutor o conceito de cidadania cultural e sua articulação com a educação patrimonial. A discussão é parte da pesquisa doutoral realizada em 2012, intitulada: “O Anjo da Meia Noite e as Vesperatas em Diamantina: tensões na produção de uma manifestação cultural”, na qual buscou-se compreender as relações entre os campos econômico, cultural, político e do patrimônio que envolvem a produção das Vesperatas. Durante o trabalho de campo, evidenciou-se, a partir da observação do distanciamento das populações dos bairros mais afastados em relação ao centro histórico, a necessidade da formação para a educação patrimonial e o exercício da cidadania cultural, sobretudo com a criação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Iniciou-se então, um trabalho de pesquisa das ações, projetos e programas dessa universidade, como importante centro de pesquisa da região dos vales, que buscassem atender essa demanda de formação da comunidade para o acesso aos bens culturais e para a conscientização crítica das fraturas e distâncias culturais, bem como para fomentar as discussões sobre como melhor distribuir os recursos que garantam a efetiva diminuição dessas distâncias.

Palavras-chave: Cidadania cultural; Patrimônio; Educação.

Abstract: In this article, we discuss the relationship between the university and community based on the cultural citizenship concept and its articulation with the heritage education. The analysis is part of the doctoral research carried out in 2012 entitled “The Midnight Angel and the Vesperatas in Diamantina: tensions in production of a cultural manifestation”, in which we sought to understand the relationship between the economic, cultural, political and patrimony fields involved in the production of Vesperatas. By observing the gap between the populations of the outer boroughs compared to the historic center during the fieldwork, it became clear the need for training in heritage education and the exercise of cultural citizenship, especially with the creation of the Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. A research work was initiated to investigate actions, projects and programs of this university, as a major research center of the valleys region, that sought to meet this community formation demand for access to cultural goods and the critical awareness of fractures and cultural distances and to foster discussions about how best allocate resources to ensure the effective reduction of these distances.

Keywords: Cultural citizenship, Patrimony, Education

Introdução

Podemos perceber Diamantina como uma paisagem cultural (Ribeiro, 2007), um espaço profundamente marcado pela ação humana e que contribui para a compreensão do processo histórico e social de formação de Minas Gerais e do Brasil. Percebendo-a dessa forma, é possível observar e relacionar manifestações culturais dinâmicas de diversas naturezas, tangíveis e intangíveis, com forte correlação com uma porção territorial e que traduzem um modo de vida específico, singular. Não se trata de destacar essa singularidade para dar um caráter de excepcionalidade e exemplaridade à cidade e sua vida, mas de procurar compreender as relações entre o meio, as intervenções e ações humanas que o constituem, bem como as formas de expressão simbólicas e as práticas sociais que definem o “espírito do lugar”, elementos, enfim, que definem “identidades culturais”.

Essa paisagem cultural vem sofrendo transformações ao longo do tempo que promoveram mudanças na ideia que a cidade tem de si mesma e na constituição das suas identidades. Da cidade-garimpo, no período da colonização, à cidade das fábricas têxteis do século XIX e, recentemente, à cidade-universitária, com a criação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e do

Mucuri. Somem-se à essas transformações a atribuição dos títulos de Patrimônio Nacional (1938) e Patrimônio da Humanidade (1999), signos de destaque que contribuíram para a inserção de Diamantina como rota do turismo cultural, nacional e mundial, atraindo milhares de turistas durante o ano todo.

Todas essas transformações favoreceram um distanciamento entre o centro histórico e as populações dos bairros mais afastados, gerando fraturas nas identidades culturais e a perda da referência cultural com o lugar, com a cidade de Diamantina. Nesse sentido, como promover a diminuição desse distanciamento, favorecendo o fortalecimento das identidades culturais dos diamantinenses? Qual o papel da Universidade nesse processo? Esta é a discussão que, aqui, pretendemos desenvolver.

Diamantina, cidade-patrimônio

Diamantina é uma das cidades coloniais de Minas Gerais/Brasil, reconhecida, após longa campanha mobilizadora, como Patrimônio da Humanidade pela UNESCO em 1999. Encontra-se no complexo da Serra do Espinhaço, no vale do rio Jequitinhonha, emoldurada pela Serra dos Cristais, na parte centro-norte do Estado, no sudeste brasileiro. A cadeia de montanhas que compõe a Serra do Espinhaço abrange os Estados de Minas Gerais e Bahia, tendo como um dos pontos mais altos o Pico do Itambé (Fig. 01), com mais de 2000 metros, avistado de diversas ruas de Diamantina.

Figura 1– Pico do Itambé visto das ruas de Diamantina



Fonte: Arquivo da Autora

Esse Complexo da Serra do Espinhaço foi reconhecido como Reserva de Biosfera em 2005, pela UNESCO, por ser uma área de transição de três biomas: Mata Atlântica, Cerrado e Caatinga. Com uma área de aproximadamente 3.000.000 hectares, abrange 53 municípios. Compõem essa Reserva várias unidades de conservação (UCs), entre elas o Parque Estadual do Pico do Itambé, criado por meio do decreto/lei 39.398 de 21 de janeiro de 1998. Com uma área de 4.696 hectares, o parque possui riquezas naturais como cachoeiras, cursos d'água e vegetação únicas. Abriga, também, várias nascentes e cabeceiras de rios das bacias do Jequitinhonha e Doce. Uma fauna bastante rica relaciona-se com a florística e com os recursos hídricos (IEF – Instituto Estadual de Florestas).

Além do valor natural e paisagístico do Pico do Itambé, vale ressaltar seu valor histórico-cultural por tratar-se de um marco geográfico fundamental, guiando os viajantes que cruzaram a Capitania de Minas Gerais nos tempos coloniais e, com certeza, também, os deslocamentos dos povos indígenas. Esses marcos geográficos são, muitas vezes, chamados de “referências culturais”, pois são referenciados por inúmeras pessoas pela sua importância na paisagem, pelo valor afetivo

que despertam, por sua relação de proximidade com alguma cidade, por seu valor como elemento de contemplação, etc. (HONNEN, 2008). No caso específico da região do Serro e Diamantina, há que se valorizar também a relação do Pico com estas cidades históricas tombadas e com o percurso do Caminho dos Diamantes, trecho da Estrada Real, lugar por onde o ouro e os diamantes chegavam ao porto do Rio de Janeiro e seguiam viagem para Portugal.

Com relação à população, Diamantina tem aproximadamente 48.000 habitantes distribuídos em 22 distritos e povoados (IBGE/2010) e ocupa o 1.193º lugar no ranking nacional das melhores cidades do Brasil em qualidade de vida – IDH de 0,723 - num universo de aproximadamente 5.570 cidades brasileiras. Em nível Estadual, ela é a 118ª melhor cidade, das mais de 800 de Minas Gerais (Fig. 02).

Figura 2 – Estado de Minas Gerais/Diamantina



Fonte do mapa de Minas: http://dc426.4shared.com/doc/PW_H0NrU/preview.html

Sua economia apresenta um PIB de 355.585 reais em valores correntes. Desse valor, 271.030 reais são recursos advindos do setor de serviços, em boa medida fomentado pelo turismo. A agropecuária gera recursos de 13.403 reais do PIB e a indústria, 48.527 (IBGE, 2010). Como uma cidade histórica, com patrimônio cultural reconhecido, a nível nacional (1938) e internacional (1999), é repleta de “lugares de memória”, que, para Nora (1993, p. 7), são aqueles lugares onde a memória se cristaliza e se refugia, a atividade turística tem ocupado um lugar de destaque.

Soma-se a esse patrimônio, as áreas de preservação e os parques estaduais e nacionais que envolvem a cidade. Nesse sentido, como afirma Vaz (2010, p. 203), “tem sido à volta do patrimônio urbano que muitas cidades procuram delinear estratégias de modernização e lançar-se no jogo da concorrência global. O patrimônio tornou-se um recurso incorporado nos projetos de regeneração econômica e cultural das cidades” principalmente no que se refere ao fortalecimento de uma das indústrias mais globalizadas – o turismo cultural e patrimonial.

Diamantina recebe, há tempos, políticas públicas de preservação e revitalização de seu centro histórico e vem se definindo, cada vez mais, como um destino turístico em que se ressalta sua dimensão cultural. Recentemente, a cidade foi incluída no PAC¹ cidades históricas que destinará recursos (R\$27 milhões) para a revitalização e conservação do centro histórico, além de criar uma

1 O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC – foi criado em 2007, no segundo mandato do governo Lula da Silva. Dentre as inúmeras ações desenvolvidas pelo programa em diversas áreas, encontramos o PAC Cidades Históricas 2013

linha de crédito para os proprietários de bens tombados, caso necessitem de restauração. O PAC Cidades Históricas é uma ação intragovernamental, articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar a cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos (IPHAN).

Dessa forma, o Patrimônio Cultural aparece, aqui, como eixo indutor e estruturante do desenvolvimento, claro, em sua principal interface, o turismo cultural. Em complementação ao Programa Monumenta², que já vem atuando nas cidades históricas de todo o país, todas essas ações tem o objetivo de fomentar a atividade turística, posto que, os fluxos de visitantes que buscam as cidades históricas, cada vez maiores, constituem uma demanda que se insere numa lógica de busca por produtos de memória (Silveira e Gastal, 2010).

Esse movimento vem crescendo desde os anos 1990 e acentuou-se mais ainda nessa primeira década do século XXI, devido à ênfase cultural no passado, que deu relevância à memória pessoal e coletiva. Conforme Silveira e Gastal (2010, p. 58), em consequência disso, tem ocorrido uma busca pelas raízes pessoais e/ou coletivas, promovendo, por um lado, seu consumo na forma de biografias, fotos de época e programas de televisão comemorativos a eventos longínquos ou nem tão distantes e, por outro, “levou comunidades a investirem no resgate de seu patrimônio histórico e arquitetônico preservando objetos, prédios ou valorizando nichos de memória urbana, entre eles os centros históricos”. Mas boa parte dessa motivação está relacionada à atração de turistas, para fomentar a economia local.

O destaque turístico que as cidades coloniais mineiras que já possuem os títulos de Patrimônio Nacional e da Humanidade, como é o caso de Ouro Preto e Diamantina, faz com que o frágil tecido urbano passe a ser invadido por milhares de visitantes. Em nome de um maior ingresso de recursos financeiros, a comunidade original do lugar acaba por ser afastada para que suas casas passem a receber lojas, restaurantes, hotéis, pousadas e outros serviços. Além disso, com os títulos, a especulação imobiliária cresceu e os edifícios mais próximos do centro, com valores e aluguéis exorbitantes, acabaram por expulsar muitos moradores para as periferias, fragmentando o tecido urbano e tornando o centro histórico menos “chegável” e “alcançável” (Costa, 2011) para muitos.

Alguns moradores dos bairros mais afastados do centro histórico, relatando acerca desse distanciamento, afirmam que conhecem “pessoas que nasceram e morreram sem nunca visitar um museu da cidade, sem acesso mesmo” (Maria). Explicam que ir ao centro histórico está cada vez mais complicado, o transporte é ruim e a atividade turística os constrange “a permanecer afastados, pois o forte do turismo é o centro e com os bairros ninguém se importa, as condições de vida são ruins e não há trabalho” (João). Para muitos desses moradores, o fato de Diamantina ter o título de Patrimônio da Humanidade não trouxe grandes mudanças, afinal “pra quem serviu de fato esse título, patrimônio pra quem” (Chica).

As narrativas refletem o distanciamento entre os moradores dos bairros mais afastados e o centro histórico, tão grave que muitos nunca ouviram falar de uma das manifestações culturais mais expressivas da cidade, as *Vesperatas*³, e outros nunca foram nas apresentações, provavelmente nem aos museus e edifícios representativos do período colonial. Caberia mais uma pesquisa para avaliar a dimensão desse distanciamento. Mas o que ele indica é, como podemos observar na narrativa da gestora da secretaria do patrimônio de Diamantina: “aqui na cidade, a gente precisa trabalhar pesado na parte de educação patrimonial; já desenvolvemos algumas ações nas escolas, mas precisávamos mesmo sensibilizar mais escolas através da secretaria de educação, isso é fundamental em Diamantina”⁴.

Nessa narrativa podemos observar uma preocupação fundamental em diminuir

2 Esse Programa foi criado pelo Ministério da Cultura em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID – e iniciou suas atividades no ano 2000. Procura conjugar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social. Atualmente, atua em várias cidades históricas das diversas unidades federativas do país. Mais informações sobre o Programa Monumenta estão disponíveis no sítio: www.monumenta.gov.br.

3 As *Vesperatas* são uma manifestação cultural musical que acontecem duas vezes por mês ao longo do ano na rua da Quitanda em Diamantina. Trata-se da retomada de uma antiga tradição de dispor os músicos nas sacadas dos sobrados coloniais da referida rua para entoar as belas composições dos músicos locais.

4 Depoimento colhido de um dos técnicos da Secretaria Municipal de Cultura, também durante o trabalho de campo da pesquisa doutoral.

as distâncias causadas pelas transformações sofridas na paisagem cultural de Diamantina, anteriormente observadas. É nesse momento que destacamos a importância da construção da cidadania cultural, como recurso para fomentar o acesso aos bens culturais e o reconhecimento das identidades culturais diamantinas.

Cidadania cultural e educação patrimonial

Essa necessidade de desenvolver a educação patrimonial refere-se à uma democratização da cultura e à possibilidade de exercer o direito à cultura. Como observa Chauí (2008, p. 66), “afirmar a cultura como um direito é opor-se à política neoliberal, que abandona a garantia dos direitos, transformando-os em serviços vendidos e comprados no mercado e, portanto, em privilégios de classe”. O direito à cultura deve garantir:

- 1) Direito de acesso e de fruição dos bens culturais por meio dos serviços públicos de cultura (bibliotecas, arquivos históricos, escolas de arte, cursos, oficinas, seminários, gratuidade dos espetáculos teatrais e cinematográficos, gratuidade das exposições de artes plásticas, publicação de livros e revistas etc.), enfatizando o direito à informação, sem a qual não há vida democrática;
- 2) Direito à criação cultural, entendendo a cultura como trabalho da sensibilidade e da imaginação na criação das obras de arte e como trabalho da inteligência e da reflexão na criação das obras de pensamento; como trabalho da memória individual e social na criação de temporalidades diferenciadas nas quais indivíduos, grupos e classes sociais possam reconhecer-se como sujeitos de sua própria história e, portanto, como sujeitos culturais;
- 3) Direito a reconhecer-se como sujeito cultural, graças à ampliação do sentido da cultura, criando para isso espaços informais de encontro para discussões, troca de experiências, apropriação de conhecimentos artísticos e técnicos para assegurar a autonomia dos sujeitos culturais, exposição de trabalhos ligados aos movimentos sociais e populares.
- 4) Direito à participação nas decisões públicas sobre a cultura, por meio de conselhos e fóruns deliberativos nos quais as associações artísticas e intelectuais, os grupos criadores de cultura e os movimentos sociais, através de representantes eleitos, pudessem garantir uma política cultural distanciada dos padrões do clientelismo e da tutela (CHAUÍ, 1995, p. 82).

Para o exercício da cidadania cultural por meio dos direitos aqui citados, no caso de Diamantina e outras cidades-patrimônio, é fundamental que se desenvolvam programas de educação patrimonial, pois, ainda de acordo com Chauí (2008, p. 62): “Volátil e efêmera, hoje nossa experiência desconhece qualquer sentido de continuidade e se esgota num presente sentido como instante fugaz”. Assim, subtraídos dessa diferenciação temporal, não só caminhamos para uma “memória imediata” ou ausência da profundidade do passado, mas perdemos, também, a profundidade do futuro, “como possibilidade inscrita na ação humana enquanto poder para determinar o indeterminado e para ultrapassar situações dadas, compreendendo e transformando o sentido delas. Em outras palavras, perdemos o sentido da cultura como ação histórica” (CHAUÍ, 2008, p.63).

Para retomar esse sentido, o papel da memória social na educação patrimonial se destaca pois, a “perspectiva presente da memória deve estar atenta à diferença das memórias sociais que constituem o presente [...] atenta à necessidade de liberar a memória e de explicá-la, para que o presente se compreenda a si mesmo e possa construir/inventar o futuro” (CHAUÍ, 1992, p. 43). Nessa perspectiva, o acesso ao conhecimento histórico por meio do patrimônio e das memórias coletivas que a educação patrimonial pode proporcionar amplia as possibilidades de questionamento quanto ao futuro, por exemplo, da cultura local. Assegura, também, a diminuição

de algumas distâncias que tornam o centro histórico não “chegável” ou “alcançável” (COSTA, 2011) pelas populações dos bairros mais distantes.

Dessa forma, a Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio de Diamantina, vem desenvolvendo algumas atividades com as escolas públicas, porém ainda incipientes, posto que a criação da Secretaria do Patrimônio é recente na cidade (2005). Segundo a gestora: “uma equipe vai às escolas e lá desenvolve atividades relacionadas ao patrimônio da cidade. Depois agendam-se visitas dos estudantes ao centro histórico e museus. Ano que vem será mais efetivo esse trabalho, com mais planejamento”⁵. Muito mais precisa ser feito e em colaboração com outras entidades e instituições. É o caso do papel que vem desenvolvendo a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM, desde sua criação.

Universidade, ciência e educação patrimonial

Foi com a criação da UFVJM - e de uma gama de cursos na área de ciências humanas e sociais, que acirraram-se as discussões acerca da necessidade de implementação de projetos que atendam as demandas referentes ao patrimônio cultural da comunidade diamantinense e dos vales, por exemplo, o registro do patrimônio imaterial.

Historicamente, essa Universidade é herdeira da primeira faculdade de Diamantina, quando: “O Governador Juscelino Kubitschek, por intermédio da Lei Estadual nº 990, de 30/09/1953, criou a Faculdade de Odontologia de Diamantina – FAOD e imputou ao professor Pedro Paulo Penido toda a responsabilidade para a consolidação do que havia sido planejado” (FERNANDES; CONCEIÇÃO, 2005, p. 25).

No início do ano de 1960, a FAOD iniciou uma batalha para sua federalização. Juscelino Kubitschek era o então Presidente da República e foi a sua saída do governo do Estado de Minas que ocasionou essa luta. O seu sucessor não dispensava nenhuma atenção às necessidades da faculdade em Diamantina. Tal situação apontava para a necessidade da federalização ainda enquanto JK era presidente, posto que sua situação como faculdade estadual seria bastante complicada. Depois de intensas disputas na Câmara, pela lei federal nº 3.846 de dezembro 1960, a Faculdade de Odontologia de Diamantina foi federalizada e passou a se chamar Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina – FAFOD.

A federalização não redundou imediatamente em benefícios para a faculdade. A cada mudança de governo da nação, novas crises surgiam, chegando os funcionários a ficar sem salários por quase um ano. Mesmo assim, a faculdade se mantinha como uma das melhores de Minas, desenvolvendo projetos que atendiam a uma população esquecida nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Depois do regime militar brasileiro e de um relativo ostracismo devido às políticas de repressão aos estudantes, em 1997, foi criado o curso de enfermagem na FAFOD, desejo antigo, alimentado durante anos pelas elites locais. Em 2002, seis novos cursos foram aprovados e a Instituição transformada, pela Lei 10.487, em Faculdades Federais Integradas de Diamantina – FAFEID.

A construção de um novo Campus, na tradição das universidades brasileiras, mais afastado da cidade, promoveu intensa expansão das faculdades. Em 2003 inicia-se um processo de transformação das Faculdades Integradas em Universidade, que culmina com a aprovação do projeto de Lei 4.300/2004, sancionado pelo então Presidente Lula e que transformou as faculdades em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM.

A UFVJM tem, atualmente, em torno de 7.600 estudantes, matriculados nos mais de 20 cursos que oferece, em todas as áreas do conhecimento. Emprega mais de 700 servidores, entre docentes e técnicos administrativos. Embora tenha 60 anos de atuação, desde a criação da Faculdade de Odontologia, tem apenas, aproximadamente, 10 anos de atuação como Universidade. Muitos são os impactos causados à cidade desde a sua fundação, favorecendo a constituição de uma nova paisagem cultural: a cidade-universitária.

Os primeiros impactos relacionam-se com o aumento da população. Diamantina tem

5 Depoimento colhido durante a pesquisa doutoral em 2012 (UnB).

uma densidade demográfica de 322,5 habitantes por quilômetro quadrado, uma taxa alta em comparação com municípios vizinhos, componentes da sua microrregião. Porém, a taxa refere-se à sede do município de Diamantina, sem levar em consideração seus distritos, pois nesse caso a densidade seria de 11,8 hab./km quadrado. A população do município sede é de 32.890 habitantes, sendo, aproximadamente, 40% de jovens entre 15 e 29 anos (IBGE, 2010). Boa parte desses jovens está na Universidade e, como a maioria foi contabilizada no seu município de origem, esse número pode ser ainda maior. Embora seja considerada uma população sazonal, posto que muitos dos universitários não são de Diamantina e moram temporariamente na cidade, é uma população constante. Todos os anos mais jovens chegam e outros se vão.

Com a criação da UFVJM, serviços do comércio precisaram se adequar às novas exigências da crescente população de jovens. Entre 2005 e 2010, 58% (CAGED) de empregos foram criados nesse setor, o que denota o seu constante crescimento. Bares e espaços de lazer são os locais mais frequentados pelos universitários. Além disso, havia pouca diversificação no comércio de Diamantina antes da chegada da universidade. Atualmente tem ocorrido uma alteração na estrutura do comércio, principalmente vestuário e alimentação, com a abertura de novos estabelecimentos franquados e com grande variedade de produtos, em contraposição a um comércio voltado apenas para a população local. O resultado foi o aumento da concorrência e a falência de alguns estabelecimentos comerciais que não se adequaram às novas demandas.

Mas os impactos mais sentidos são aqueles que envolvem as relações estabelecidas entre a Universidade e a comunidade local. Uma diversidade de projetos e programas são desenvolvidos em todas as áreas do conhecimento, tanto em pesquisa quanto em extensão, envolvendo uma gama de participantes da universidade, da comunidade e de outras entidades públicas e particulares (Quadro 1). Some-se a isso, os inúmeros serviços prestados à comunidade, principalmente na área da saúde. Tem-se observado, também, a participação de servidores, principalmente docentes, em conselhos municipais, como o de cultura, por exemplo, que, na última eleição, incluiu no seu quadro de conselheiros quatro docentes das áreas da educação, filosofia e sociologia. Todas essas intervenções refletem-se nas mentalidades e ideários dos moradores da cidade, possibilitando posicionamentos importantes para as direções e decisões acerca dos anseios que têm para o lugar em que vivem.

Quadro 1 – Alguns Projetos e Programas de pesquisa e extensão em desenvolvimento na UFVJM

MODALIDADES	PESQUISA	EXTENSÃO
PROJETOS	<ul style="list-style-type: none"> - Destinos turísticos e sustentabilidade; - Grupo de pesquisa interdisciplinar em Ciências Humanas; - Estudos Geográficos dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 	<ul style="list-style-type: none"> - Café Literário: a narrativa literária como fonte de conhecimento; - Cine Mercúrio: movimentação de culturas e linguagens; - A UFVJM nas escolas: conhecendo a Universidade Federal e trabalhando a preservação ambiental.
PROGRAMAS/ NÚCLEOS	<ul style="list-style-type: none"> NAC: Núcleo de Agroecologia e campesinato; - Núcleo de Pesquisas sobre educação, políticas e cidadania; NIPEVALE – Núcleo integrado de pesquisas do Vale do Jequitinhonha. 	<ul style="list-style-type: none"> - Vale do Jequitinhonha: patrimônio material e imaterial; - Telas e Textos: práticas de compreensão e produção; - Teios: tecnologia da informação e organizações sociais.

Fonte: www.ufvjm.edu.br

Existem ainda outras instituições de ensino superior na cidade, como a Faculdade de Filosofia e Letras de Diamantina (FAFIDIA) e a Faculdade de Ciências Jurídicas (FCJ), agregadas à Universidade

do Estado de Minas Gerais (UEMG). O Centro de Educação Integrada de Diamantina (CEI), vinculado à Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC) e a Universidade do Norte do Paraná (UNOPAR). Todo esse panorama pode revelar-se como um possível dinamizador de desenvolvimento para a região e a cidade de Diamantina, cada vez mais, uma cidade-universitária, vem se firmando como pólo educacional expressivo no norte de Minas.

Nesse sentido e na tentativa de estreitar as relações entre a Universidade e a comunidade, bem como de promover a difusão do conhecimento científico e as trocas de saberes que, um projeto desenvolvido pela UFVJM há quase dois anos, na área de arqueologia, mas também do patrimônio cultural, tem-se revelado como uma boa maneira de trabalhar com educação patrimonial em Diamantina. Narrando sobre essa experiência, o coordenador do projeto⁶ explica que: “acaba que a gente tem uma obrigação até pela própria lei de promover a educação patrimonial e tem a questão moral também, que eu acho que é mais importante, eu tenho que traduzir isso de alguma forma e transmitir meu trabalho de arqueólogo”.

Para ele, a educação patrimonial ainda é o calcanhar de Aquiles, posto que Diamantina é uma cidade pequena, com uma universidade enorme, com vários cursos que precisam de estágio, sobretudo os cursos de licenciatura, vários projetos de extensão que olham pra escola como se ela fosse o quintal da universidade: “Então assim, tudo é bom porque a universidade que pensou nisso, porque os pesquisadores pensaram, então tem que levar isso pra escola”(coordenador).

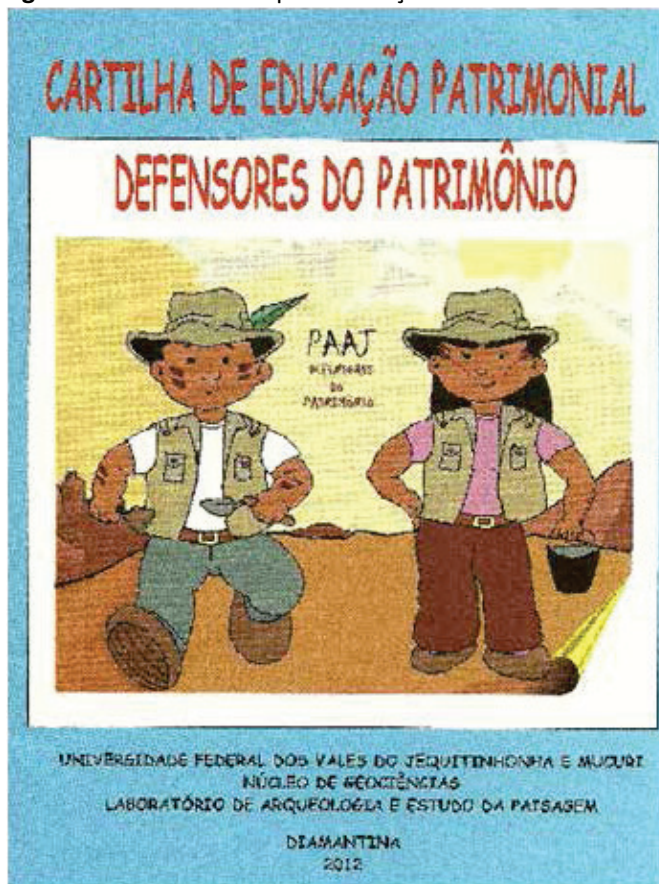
Porém, de acordo ainda com o coordenador do projeto, a escola está saturada de projetos que tem desgastado um pouco a relação da Universidade com a comunidade e se isso não for observado, logo as escolas vão fechar as portas para muitos projetos desenvolvidos pelos pesquisadores: “Então não se está pensando na verdade a escola, as necessidades da escola. Eu pensei, nas escolas é o melhor lugar realmente, por causa dos meninos, são pequenos, auxilia o educador na produção de material didático”. Mas ao mesmo tempo, isso tem causado um mal estar geral.

Esses conflitos com as escolas também foram relatados pela gestora da Secretaria do Patrimônio quando narra que “nem sempre há disposição do professor para trabalhar com a educação patrimonial, ela não está incluída no projeto político pedagógico, então assim, é difícil”. O coordenador descreve uma alternativa: “a forma que encontramos foi buscar um lugar na cidade com um apelo patrimonial, o Museu da Casa da Chica. O IPHAN liberou um dinheiro pra montar uma exposição, com material da cidade, e isso se deve à pressão da educação patrimonial”.

Aproveitando o espaço de escavações que estão se desenvolvendo no quintal da Casa da Chica⁷, a proposta tem sido desenvolver oficinas de educação patrimonial, utilizando uma cartilha (Fig. 03), elaborada pelo grupo envolvido no projeto e que viabiliza o acesso das crianças nessas escavações bem como da comunidade, dos turistas, enfim, de quem estiver interessado. Essa cartilha, elaborada com a ajuda do Ministério Público, é distribuída, também, nas escolas e na comunidade. Por meio da criação de minicursos para os professores, gestores de Parques Estaduais, membros da Polícia Militar, estudantes da Universidade, o projeto viabiliza a formação de uma gama de agentes potencializadores da educação patrimonial.

6 O coordenador do projeto é o Prof. Dr. Marcelo Fagundes, Bacharel e licenciado em História na Universidade de São Paulo (1998), mestre (2004) e doutor (2007) em Arqueologia pelo Programa de Pós Graduação do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (PPG/MAE/USP). Atualmente é Coordenador do Laboratório de Arqueologia e Estudo da Paisagem (LAEP/UFVJM) e vice-coordenador do Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Entrevistado durante o trabalho de campo da pesquisa doutoral em 2012.

7 O museu Casa da Chica é uma referência para o patrimônio cultural de Diamantina. Trata-se da casa da famosa escrava Chica da Silva, mulher do contratador João Fernandes de Oliveira e que teve a vida retratada em livros, filmes e novelas nacionais.

Figura 3 – Cartilha criada para Educação Patrimonial

Porém, como relata o coordenador, “a gente acaba privilegiando o educador porque ele pode trabalhar em sala de aula usando a cartilha como recurso didático”. Depois da formação e sabendo como usar a cartilha, o educador decide, ao perceber a necessidade, quando levar os estudantes à Casa da Chica. São, em média, de duzentos a trezentos estudantes por mês, entre março e setembro. “Pensando em não sobrecarregar os professores com as nossas questões, é ele quem decide quando vai levar e se vai levar”.

Como funciona o projeto, com que parcerias e o envolvimento desses estudantes também é descrito pelo coordenador:

O projeto é um convênio do IPHAN com a UFVJM, coordenado por mim, está registrado na Pró-Reitoria de Extensão com o nome Arqueologia e Comunidade. Tanto a Universidade quanto o IPHAN financiam o projeto. Nas oficinas, os meninos vão pra casa da Chica, tem uma pequena palestra de no máximo dez minutos, dependendo da faixa etária é até menos, para as crianças da educação infantil é um teatro de fantoche, pra explicar mais ou menos, o que é arqueologia, isso pra dar uma aquecida. Daí os meninos são divididos em grupos em três oficinas. Tem várias oficinas, várias atividades ligadas ao patrimônio, desde quebra-cabeça pra identificar as igrejas em Diamantina, que ninguém sabe o nome, são muitas e tal. A gente tem a construção da paisagem, então nós pegamos fotos antigas e começamos a discutir com os meninos: que lugar é esse em Diamantina? O que que modificou? Por que modificou? E como fica um estagiário com cinco alunos, divididos em vários grupos, esse diálogo acaba por ser bem legal e tem oficina de escavação, com caixas de areia, simulando a atividade de escavação, tem a pintura rupestre, tem joguinhos

e o menino fica duas horas nesse circuito, meninos e meninas da escola, seja pública ou particular, claro que a maioria acaba sendo da escola pública porque é a que mais tem na cidade. A gente montou uma exposição para as crianças, com material arqueológico, com o objetivo de educação patrimonial, então depois desses circuitos de atividades, os meninos visitam a exposição, já com um olhar diferenciado, o final do trabalho do arqueólogo é a musealização, e por fim a escavação, e aí o olhar já é outro porque ele já vivenciou as várias atividades, o que é o patrimônio e etc.

O projeto atende a estudantes das escolas públicas e privadas de Diamantina e, apesar do apoio da Universidade e do IPHAN, ainda enfrenta algumas dificuldades, por exemplo, no transporte dos estudantes até a Casa da Chica, sobretudo para os que estão nas escolas mais distantes. Outra questão é a percepção que os moradores dos bairros mais distantes têm do centro histórico como algo não “chegável”. Como afirma Choay (2006, p. 226), “criou-se um mercado internacional dos centros e bairros antigos que tende a excluir deles as populações locais ou não privilegiadas e, com elas, suas atividades tradicionais e modestamente cotidianas”. O coordenador explica que “é como se tivesse um muro para os moradores da periferia. Por isso que eu falei que educação patrimonial da Casa da Chica, ela é um calcanhar de Aquiles”. Essa barreira precisa ser vencida.

As soluções estão em discussão com educadores, com a comunidade e com outros profissionais da universidade, bem como com o poder público. Porém, os conflitos envolvem questões econômicas e ideológicas, segundo o coordenador. Mas a sua pretensão é que seja mesmo um processo lento de construção. “A educação patrimonial é assim o calcanhar de Aquiles porque está atravessada pela ideia daquilo que a gente acha que é importante, daquilo que as comunidades querem. É nesse diálogo que ela pode ser construída”. Embora muito ainda precise ser feito para que a educação patrimonial alcance, cada vez mais, as populações mais afastadas do centro histórico, podemos afirmar que a aproximação entre a Universidade e a comunidade é uma referência para a sua consolidação.

O projeto tem estabelecido parcerias importantes, entre a Universidade e o IPHAN, bem como com as Secretarias Municipal e Estadual de Educação, com o objetivo de minimizar o problema das distâncias, sejam elas físicas ou simbólicas. Uma conscientização é importante para se projetar o futuro, como observado por Chauí (2006), e se pensarmos na atividade turística e seus impactos, então, quanto maior for essa conscientização, mais complicada será a apropriação indiscriminada da cultura pelo capital. É na tentativa de minimizar esses conflitos que a educação patrimonial e o exercício da cidadania cultural assumem um papel estratégico e determinante.

Considerações finais

Embora a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri tenha, aproximadamente, apenas 10 anos de atuação, o longo processo histórico de formação porque passou fortaleceu o papel que vem desempenhando no atendimento das demandas da comunidade local e dos Vales. Destacamos nesse estudo, sua contribuição para a diminuição das distâncias culturais que as populações dos bairros mais afastados vêm vivenciando, sobretudo em razão das transformações sofridas na paisagem cultural diamantinense ao longo da história.

O projeto de pesquisa e extensão “Arqueologia e Comunidade” é um exemplo significativo dessa contribuição. Em consonância com a democratização do acesso aos bens culturais e o exercício da cidadania cultural, vem desenvolvendo atividades de educação patrimonial com os estudantes das escolas públicas, bem como a formação para o uso da cartilha do patrimônio com professores, membros de entidades públicas e comunidade em geral.

Destaque deve ser dado ao intenso debate que tem-se desenvolvido a partir de um dos objetivos do projeto que é a necessidade de construir uma educação patrimonial como um processo de conhecimento, no limite entre o que a comunidade científica acha que é importante e aquilo que a comunidade em geral quer. A cooperação entre as áreas do conhecimento envolvidas nessa construção - a história, a antropologia, a sociologia, a pedagogia e a arqueologia - evidencia um diálogo profícuo e a articulação de práticas que envolvem os pesquisadores, o poder público, a

iniciativa privada e a população local.

Claro que, apenas a oferta da educação patrimonial não pode resolver os conflitos gerados pela fragmentação do espaço urbano na cidade colonial de Diamantina. As fraturas e distâncias não são apenas culturais, mas, principalmente, socioeconômicas e, em relação à essas, muito ainda há que ser feito e enfrentado, seja pelo poder público ou pela sociedade civil, para melhor distribuir os recursos que garantam a efetiva diminuição dessas distâncias.

Referências

CHAUÍ, M. Política cultural, cultura política e patrimônio histórico. In: Revista do Departamento do Patrimônio Histórico de São Paulo. **O direito à memória: patrimônio histórico e cidadania**. São Paulo, 1992.

Chauí, M. **Cultura política e política cultural**. In: Estudos Avançados, ano 9, nº 23. 1995. Acedido em outubro 18, 2013 : <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v9n23/v9n23a06.pdf>>

Chauí, M. **Cidadania cultural**. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2006.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia**. In: Crítica y emancipación : Revista latinoamericana de Ciencias Sociales. Ano 1, nº 1. Buenos Aires: CLACSO, p. 53-76, 2008. Acedido em setembro 9, 2013: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/secret/CyE/cye3S2a.pdf>>

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3 ed. São Paulo: UNESP, 2006.

COSTA, E. B. **Totalidade urbana e totalidade-mundo: as cidades coloniais barrocas face à patrimonialização global**. Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Área de Concentração: Geografia Humana – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

FERNANDES, A. C. e Conceição, W. **Caminhos do desenvolvimento: síntese histórica da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – 1953 a 2005**. Diamantina: UFVJM, 2005.

HONNEM, I. **Avaliação de sítio geológico e paleontológico: para candidatura a patrimônio natural**. Acedido em fevereiro 6, 2013 <www.iphan.gov.br> .

Nora, P. **Entre a memória e a história: a problemática dos lugares**. In: Revista Projeto História, nº 10. São Paulo: Ed. da PUC SP – Educ, p. 7-28, 1993.

Ribeiro, R. W. **Paisagem cultural e patrimônio**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

Silveira, G. T. e Gastal, S. Turismo em cidades históricas: emprego e renda em Tiradentes/MG. In: RIBEIRO, Marcelo (org). **Olhares sobre o patrimônio cultural: reflexões e realidades**. Rio Grande do Sul: Asterisco, 2010, p. 58-75.

Vaz, D. **Patrimônio urbano serrano: urbanismo tradicional e cultura operária na Covilhã (Portugal)**. Revista Ciudades, nº 13, 2010, p. 201-218.

Sítios pesquisados

www.caged.gov.br – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

www.iphan.gov.br – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

www.ibge.gov.br – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

www.cultura.gov.br – Ministério da Cultura

www.unesco.org.br – UNESCO Brasil
www.ufvjm.edu.br

Recebido em 15 de abril de 2016
Aprovado em 31 de julho de 2016